



COMISSÃO LOCAL DAS AUTORIDADES NOS PORTOS

CLAPs

ATA DA 006ª REUNIÃO

Às 14 horas e 30 minutos do dia 30 de setembro de 2013, na sala de reuniões da CODESP, em Santos, reuniu-se a Comissão Local das Autoridades nos Portos, atendendo o que determina o artigo 5º do Decreto nº 7.861, de 6 de dezembro de 2012, realizando sua sexta reunião. Compareceram os seguintes representantes: Carlos Helmut Kopittke, representante da Companhia Docas do Estado de São Paulo – CODESP, Reinaldo Campos Sperandio, representante do Departamento de Polícia Federal do Ministério da Justiça, Marcelo Ribeiro de Souza e Valter Barros Barbosa, representantes da Autoridade Marítima, Cleiton Alves dos Santos João Simões, representante da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda, Daniel Gustavo Braz Rocha, representante da Secretaria da Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. Os representantes da ANTAQ e ANVISA não compareceram a reunião. Como Convidados compareceram: José Roque, representando o Sindicato das Agências de Navegação Marítima do Estado de SP - SINDAMAR, José dos Santos Martins, representando o Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de SP – SOPESP, Nivio Perez dos Santos, representando o Sindicato dos Despachantes Aduaneiros de Santos e Região – SDAS, Matheus Miller, representando a Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegários – ABTRA, Marcelo Marques da Rocha, Presidente do Sindicato das Empresas de Transporte Comercial de Carga do Litoral Paulista – SINDISAN, Wagner Rodrigues Cruz de Souza, representante da Associação Brasileira dos Terminais Retroportuários e das Empresas Transportadoras de Contêineres – ABTTC, José Candido Senna, Coordenador Geral do Comitê de Usuários dos Portos e Aeroportos do Estado de São Paulo – COMUS, Marcio Luiz Bernardes Calves, Diretor da Associação Comercial de Santos - ACS, Claudio Loureiro de Souza, Diretor Executivo do Centro Nacional de Navegação Transatlântica – CNNT e Rubens Torres Medrano, representando a Associação de Comercio Exterior. Para prestar apoio técnico e administrativo à reunião estiveram presentes Jorge Leite dos Santos, Secretário Geral do Conselho de Administração da CODESP, Reginaldo Brito de Lima e Rodrigo Dias Calafate, Técnicos de Serviços Portuários da CODESP. Para assistir a reunião estiveram presentes o Sr. Wilton Alonso, representante do Sindicato das Empresas de Transporte

Comercial de Carga do Litoral Paulista – SINDISAN, o Superintendente de Ouvidoria da CODESP, Esmeraldo Tarquínio Filho e o Superintendente de Logística Integrada e CTP/CENEP, Osvaldo Freitas Vale Barbosa. Com a palavra, o Representante da CODESP, Carlos Helmut Kopittke declarou aberta à reunião e passou ao item **I – ABERTURA**, sendo submetida à apreciação da Ata da quinta reunião, que achada conforme, foi devidamente assinada pelos presentes. A seguir passou ao item da pauta **II - PORTO 24 HORAS**, onde iniciou informando sobre o andamento das ações determinadas na última reunião da CONAPORTOS: 1) O Grupo de Trabalho constituído para analisar a situação do pleito do SINDAMAR relativo à Resolução DP/47.2011, referente à lavagem dos porões, informou que no dia 20/9 foi encaminhado à Diretoria de Infraestrutura e Execução de Obras a minuta da referida Resolução. Processo 28.387/12-11; 2) Conforme solicitação do SINDAMAR, através do Ofício nº 076/13, de 22/07/2013, foi enviado à CONAPORTOS NACIONAL Carta DP-GD/378.2013, de 24/7/2013, sobre o relato do caso concreto de falsificação do b/l original, bem como os expedientes endereçados pela Associada à Polícia Federal e Inspetor da Alfândega de Santos e demais documentos que fazem parte da denúncia apresentada para as autoridades e 3) Foi enviada à CONAPORTOS NACIONAL através do ofício DP-GD/379.2013, de 24/7/2013, a carta da ABTRA nº 104.2013, referente à Regulamentação do Reporto. Continuando, passou a palavra ao representante do SINDAMAR, José Roque, onde iniciou demonstrando sua preocupação considerando que vários assuntos foram debatidos e ainda não tiveram a evolução desejada. Indagou se realmente as pessoas em Brasília estão lendo as Atas e que deve haver proatividade no equacionamento das pendências. Relatou que, tendo em vista a instalação no porto de Santos do “Porto 24 Horas” é inaceitável o que está ocorrendo. Em seguida, informou que no dia 12 de julho foi enviada mensagem ao Engenheiro da Codesp, Sr. José Roberto Borrelli, alertando que algumas Associadas têm se manifestado a respeito do pronunciamento dos comandantes dos navios quanto ao posicionamento das boias em cartas náuticas, ou mesmo nos relatórios da Codesp, cuja resposta foi reiterada, por duas vezes, e nenhuma reação ocorreu, o que revela uma desconsideração com uma entidade de classe como o SINDAMAR. Os comandantes reclamam sobre dificuldades para se aproximar da “bóia 1”, devido agora existir a “bóia 1” e a “bóia 1 A”, assim, se torna necessário a atualização das posições para divulgação ao quadro Associativo. Comentou, também, que a Portaria da SEP, bem como a RDC 35 da ANVISA declaram que se encontrado o sistema fora do ar, pelo prazo de 02 horas, deve ser adotado o “Plano de Contingência” imediatamente, e isso não ocorre. Recentemente, devido aos

problemas no sistema ficou-se 2 dias no aguardo da adoção desse Plano que só foi adotado após muita pressão do SINDAMAR. Com referência aos problemas com Atracador e Amarrador, enfatizou que se trata de assunto recorrente, visto já ter sido objeto de comentário em outras reuniões e nenhuma evolução de melhorias ocorreu. O SINDAMAR protocolizou na Codesp o ofício nº 136/13 de 17/09/2013, endereçado ao Presidente da Codesp relatando os fatos. Para melhor exemplificar citamos alguns casos: 1) No navio “Stolt Basuto” - o navio terminou as operações em 20/Set às 11:20 hs, sendo confirmada a saída às 11:30 hs. Devido impossibilidade de amarradores foi informado pela Praticagem que seria possível somente às 15:00 hs, mas, lamentavelmente só ocorreu às 15:30 hs.; 2) Navio “MAPOCHO” – 18/Set – saída confirmada para as 18:00 hs, mas devido ausências dos atracadores/amarradores a previsão de saída ficou para 20:00 hs. Esse problema se estendeu para os navios “LONCOMILA” e “CHACABUCO”. Em todos os casos existem comunicações da Praticagem justificando o atraso na saída dos navios. Todos sabemos que o navio depende muito de maré e das janelas de atracações, o que acaba resultando em prejuízos questionados pelos Armadores junto aos seus Agentes Marítimos; 3) AGUADEIRO - navio “THELISIS” – 15/Set. – Neste caso o fornecimento ocorreu até 16:00 hs, quando o encarregado desligou o hidrante e foi embora. Nos finais de semana o pessoal tem que “caçar” o aguadeiro até em casa. Quanto à ANVISA, lamentamos a ausência do seu representante na reunião, mas o que está ocorrendo em Santos é inacreditável em termos de atendimento, com várias reclamações das Associadas, como a exigência equivocada do cancelamento do DUV. O pessoal desconhece o que reza a Resolução 176/79 da extinta Portobras e a Instrução Normativa nº 800/07 e o Ato Declaratório Executivo nº 3/2008 quanto aos prazos a serem cumpridos com a solicitação de atracação e transmissão das informações para os demais órgãos anuentes. Além disso, como já ressaltado em reuniões anteriores, exige o pagamento de R\$ 600,00 por um novo DUV, devido ao cancelamento. Isso é um procedimento totalmente ilegal. O SINDAMAR persistindo essa situação impetrará Mandado de Segurança. Por fim, informa que o SINDAMAR em face de ausência de preocupação da ANVISA em Brasília, com o que está sendo denunciado, há algum tempo, se utilizara da imprensa para reclamar. Em seguida, o representante da CODESP, passou a palavra ao representante da Associação Comercial de Santos - ACS, Sr. Marcio Calves, que registrou os pleitos das empresas da área de Terminais de Granéis Líquidos envolvendo a recuperação dos berços da Ilha Barnabé e Alemoa; a recuperação e reforço estrutural do píer e a ponte de acesso e tubovias do terminal do Tegla. Continuando, destacou que segundo os empresários,

há dúvida se o projeto global para solução desses problemas inclui a implantação do sistema de aterramento, iluminação e o sistema de combate a incêndios. Novamente com a palavra, o representante da CODESP passou a palavra ao representante da Associação Brasileira dos Terminais Retroportuários e das Empresas Transportadoras de Contêineres – ABTTC, Wagner Rodrigues Cruz de Souza, onde se colocou a disposição dos presentes para prestar quaisquer esclarecimentos na área de atuação da ABTTC. Em seguida, o representante da CODESP, passou a palavra ao representante do Centro de Navegação Transatlântica – CNNT, Claudio Loureiro de Souza, onde iniciou informando que gostaria de trazer ao conhecimento desta comissão Local da CONAPORTOS, assim como sugerir e solicitar sua ação, para o grave problema do roubo de cargas a bordo de navios porta-contêineres atracado no Porto de Santos. De episódios isolados, passou a ser uma constante, com eventos regulares e cada vez mais graves. Chegou-se a tal ponto que alguns embarcadores estão analisando a mudança do porto de descarga no Brasil ou até mesmo se recusando a embarcar com destino Santos. Estes eventos estão sendo documentados e passamos às mãos desta Comissão, relatos de três armadores associados descrevendo vinte e três casos de roubos de mercadorias de diversos tipos e valores, principalmente eletrônicos e perfumes. Esses eventos tem ocorrido, inclusive, à luz do dia nos terminais de contêineres de uso público. Solicitamos desta Autoridade ações urgentes, pois já está sendo afetada a própria atividade do comércio, causando prejuízos de milhões de dólares, prejudicando a imagem do porto e do país, aumentando custos de seguros, e em vias de provocar ações a nível diplomático e com possível mobilização da INTERPOL. Sugerimos a implementação de ações preventivas (como policiamento ostensivo), repressivas e de inteligência, de forma imediata e a curtíssimo prazo, com coordenação e integração entre os terminais, CODESP, Guarda Portuária, Polícia Civil, Polícia Militar, Polícia Federal, Receita Federal e Capitania dos Portos. O assunto tornou-se grave e demanda ações concretas e coordenadas. Nossa entidade e nossos associados estão à disposição não só para maiores esclarecimentos como também para participar de reunião específica sobre este assunto. Quanto ao assunto sobre a dragagem, o CENTRONAVE corrobora as palavras do representante da SOPESP e apoia integralmente as informações prestadas pelo Exmo. Sr. Capitão dos Portos no sentido do enorme esforço feito por este órgão de explorar ao máximo, preservada a segurança da navegação e das operações, as possibilidades e o limite técnico nas questões de profundidade e calado. O CENTRONAVE considera que todos os que atuam no porto, e por pressuposto os armadores, estão sofrendo com os problemas da dragagem, gerando custos

adicionais, restrições de carregamento e de manobra, e pede o máximo possível de agilidade em sua solução, em que pesem as dificuldades burocráticas. Mesmo reconhecendo os esforços da CODESP neste sentido, sugeriu que informações e atualizações sobre a dragagem do porto fossem divulgadas regularmente através do site da empresa, o que ajudaria os usuários a ajustarem suas expectativas. Prosseguindo, o representante da CODESP passou a palavra ao representante da Associação de Comércio Exterior – AeB , Rubens Torres Medrano, que agradeceu ao convite da Autoridade Portuária para participar desta reunião se colocando a disposição da Comissão Local da CONAPORTOS no sentido de colaborar para o sucesso da implantação do Porto 24 horas. A seguir, o representante da CODESP, passou a palavra para o representante do SINDISAN, Wilton Alonso, onde informou que apenas reforçava os comentários já feitos nas reuniões anteriores da Comissão Local da CONAPORTOS, tais como: 1) as filas nas portas dos terminais Portuários e Retroportuários; 2) a dificuldade de se obter “janela”; 3) o descumprimento dos horários agendados, etc. Citou como principal problema os DEPOTs, que continuam atendendo somente até às 15:00h/16:00h. Mencionou ainda, que existem hoje cerca de 27 DEPOTs e por não haver uma Regularização nos Procedimentos, cada um adota critérios próprios. Concluiu dizendo que a hora que as Autoridades Portuárias perceberem o efeito dominó que esses problemas causam, de maneira negativa, na movimentação portuária e na cadeia logística como um todo, talvez as providências necessárias venham ser adotadas. Continuando, o representante da CODESP passou a palavra ao convidado José Cândido Senna, Coordenador Geral do Comitê de Usuários dos Portos e Aeroportos do Estado de São Paulo – COMUS, que iniciou cumprimentando o Sr. Matheus Miller pela iniciativa da ABTRA em analisar os tempos médios de permanência de contêineres de importação cheios da navegação de longo curso em pátios de estocagem de terminais molhados e retroportuários de empresas filiadas à entidade. Os resultados divulgados revelaram uma redução dos valores observados em maio de 2013 comparativamente a igual período de 2012. No entendimento do Comitê, a redução desses tempos é um dos objetivos mais importantes a serem alcançados com a efetiva implementação do Porto 24 Horas. Prosseguindo, com a permissão do Presidente da mesa diretora dos trabalhos, Sr. Carlos Kopittke, e do Presidente da Comissão Local da CONAPORTOS-Santos, Sr. Renato Barco, o representante do COMUS solicitou à equipe de apoio da Comissão a distribuição aos presentes da revista Digesto Econômico, da Associação Comercial de São Paulo, de julho/agosto de 2013. Trata-se de edição focada na melhoria do desempenho de portos brasileiros, com especial atenção ao de

Santos. A publicação apresenta o trabalho "A urgência do Porto 24 Horas", de autoria do Coordenador Geral do COMUS, e faz menção ao aniversário de 20 anos desse fórum, a serem completados em outubro próximo. O representante do Comitê destacou o caráter impessoal do artigo, sem referências a entidades públicas e privadas, elaborado com o propósito de analisar as operações logísticas de contêineres no complexo portuário santista e de reforçar a urgência da implementação do Projeto para a superação total ou parcial das ineficiências de tais operações. Na sequência, o representante do COMUS destacou ainda os preparativos da 2ª Visita Técnica "Porto 24 Horas", que será, em princípio, organizada na segunda quinzena de outubro, havendo a previsão de reunião com o Inspetor Chefe da Alfândega do Porto de Santos e de dirigentes locais de outros órgãos anuentes. A etapa final do evento será, provavelmente, realizada na sede da CODESP, na presença de dirigentes da empresa a serem designados pelo seu Diretor Presidente, Eng. Renato Barco. Em seguida, o representante da CODESP passou a palavra ao Presidente do SINDISAN, Sr. Marcelo Marques da Rocha, que informou sobre os problemas de segurança, enfatizando que o Porto de Santos ainda é exemplo de segurança para todo o Brasil. Continuou, informando que realizou inúmeras palestras por várias cidades sobre o assunto, e que infelizmente após a troca no comando da Polícia Militar, se ocasionou sérios problemas para os transportadores tendo em vista vários roubos de cargas, assim, ressalta que as atitudes tomadas anteriormente zeraram o roubo de carga, e que agora com novo comando a estrutura foi perdida. Prosseguindo, o representante da CODESP passou a palavra ao representante do Sindicato dos Despachantes Aduaneiros, Nivio Perez dos Santos, onde comentou sobre a demora nos deferimentos das licenças de importação por parte da ANVISA (falta de pessoal), sem que este problema também afeta os Terminais e as agências marítimas. Informou ainda, que o sindicato tem através de seus diretores realizado reuniões frequentes sobre o porto 24hs, com os órgãos intervenientes no Porto de Santos (Alfândega, MAPA, ANVISA, ICMS). Em continuidade, o representante da CODESP, passou a palavra ao representante do SOPESP, José dos Santos Martins, que relatou aos presentes que com relação à solicitação feita pelo SOPESP na 2ª Reunião da Comissão Local da CONAPORTOS, e também relatada em sua 5ª Reunião, objetivando ser implantado em Santos processo similar ao utilizado em Paranaguá denominado TRADEX, visando a agilização na liberação de pedidos de embarque de granel para exportação, que o SOPESP vem desenvolvendo junto a ABTRA através de diversas reuniões já realizadas, de Procedimento que contemple as solicitações das Empresas Operadoras Portuárias, bem como o atendimento da toda legislação em vigência,

com dados consolidados e software que atenda todas as necessidades administrativas, operacionais e segurança quer tal procedimento requer, informando que o Projeto agora denominado Pedido de Embarque Antecipado de Mercadorias - P.E.M, encontra-se num estágio bem adiantado, tendo sido realizada várias reuniões de trabalho com as Empresas interessadas, bem como com a Alfândega do Porto de Santos, sendo que a previsão do mesmo é de ser implementado nos próximos meses, fato esse de extrema relevância para a agilização das exportações no Porto de Santos. Dando prosseguimento, passou a relatar a situação atual da Dragagem de Manutenção dos Berços de Atracação e dos Acessos aos Berços de Atracação. Com relação a dragagem do canal e de acesso aos berços, relatou a grande expectativa do Segmento Empresarial dos Operadores Portuários quanto a homologação junto a Marinha do Brasil dos Trechos III e IV, ora em andamento, condição essa essencial para termos o canal do Porto de Santos todo ele muito próximo dos 15 metros de profundidade, conforme Projeto da SEP/PR. Já com relação a dragagem dos berços de atracação, relatou a situação crítica hoje existente na maioria dos berços, em razão de uma série de problemas operacionais e jurídicos existentes com a Empresa que estava contratada pela CODESP, que além de não ter conseguido sequer atingir a profundidade de projeto estabelecido pela CODESP, temos constatado que nas últimas planilhas elaboradas pela Gerência de Tráfego e Atracação da CODESP, tem apresentado redução das profundidades já limitadas, pré-existentes, como podemos destacar nos Terminais de Açúcar, Contêineres e Corredor de Exportação, que vem sofrendo elevados prejuízos com pagamento de praça morta aos armadores em torno de 20% (vinte por cento) do volume previsto e não embarcado, e tendo como consequência a elevada transferência de renda em dólares americanos para pagamento de multa aos Armadores, em razão da mencionada limitação das profundidades dos berços de atracação. Em função do exposto, destacou que apesar de todo o empenho da Diretoria da CODESP na solução de tão grave problema e sem solução até a presente data, e em face da publicação no Diário Oficial da União do cancelamento do Contrato de Prestação de Serviços da Bandeirantes Dragagem, fato esse nos comunicado na última reunião conjunta das Diretorias do SOPESP/CODESP, voltamos a reiterar à CODESP, que sejam tomadas providências em caráter de urgência para a contratação da Empresa DTA, segunda colocada nessa licitação, visando ser eliminado no menor tempo possível esse grave problema no Porto de Santos, que terá como consequência, não só a eliminação de elevados prejuízos as Empresas Operadores Portuárias, Exportador e Importador já citados, bem como elevarmos ainda mais o resultado positivo do aumento nos volumes exportados e importados

pelo Porto de Santos, conforme já constatado no Relatório do 1º semestre divulgado pela CODESP. Com a palavra o Representante da CODESP informou que foram tomadas todas as providências legais para solucionar o problema o mais rápido possível, enfatizando que assim que foi rescindido o Contrato com a Bandeirantes Dragagem a Codesp enviou correspondência a empresa DTA, sendo que esta teria o prazo de 5 (cinco) dias para se manifestar e de mais 20 dias para mobilização, caso não aceitasse a proposta de prestação de serviços nas mesmas condições da empresa Bandeirantes Dragagem Ltda., a Codesp teria que convidar a terceira colocada. Prosseguindo, o representante da CODESP, passou a palavra ao representante da ABTRA, Matheus Miller, onde reiterou o agradecimento pelo convite e a importância da Comissão Local da CONAPORTOS para o aprimoramento da atividade dos órgãos anuentes e das operações portuárias no Porto de Santos. Sobre o tema da pauta, informou que, na mesma linha da manifestação anterior, os seus associados vêm identificando que existe uma baixa procura por serviços fora do horário comercial e que é necessário ampliar a cultura dos usuários dos portos a esse respeito. Apresentou um estudo sobre o tempo de permanência das cargas nos recintos alfandegados que demonstrou diminuição desse tempo no Porto de Santos. Informou que no mês de maio de 2012, entre o registro da entrada da carga e o registro de saída ao consignatário, eram consumidos em média 16 dias e que, em maio de 2013, esse tempo foi reduzido para 13 dias. Informou que o Ministério da Agricultura desenvolve atividade de suma importância no Porto de Santos, destacando as ações empreendidas pelo Chefe do SVA local no que diz respeito ao atendimento dos novos recintos alfandegados, sendo que a escala de trabalho da fiscalização que foi implementada atende a atual necessidade. Ainda sobre o Ministério da Agricultura, informou que a ABTRA está finalizando o módulo do sistema DTe que servirá de integração entre os recintos alfandegados e o sistema oficial do Ministério –SIGVIG - e que quando de sua operação o sistema trará benefícios a toda a comunidade portuária. Comentou, ao final, que os recintos alfandegados associados à ABTRA vêm enfrentando grandes dificuldades com relação à atuação da ANVISA, que o setor regulado nem sequer está sendo atendido pelos fiscais do posto local e que a situação se agravou com a licença do chefe do posto. Informou que o assunto foi levado ao conhecimento do Gerente Geral de Portos, Aeroportos e Fronteiras da ANVISA e que aguarda providências. Em seguida, o representante da Codesp, passou a palavra para o representante do MAPA, Daniel Gustavo Braz Rocha, onde entregou ofício SVA-SANTOS/DDA/SFA-SP 031/2013, de 30/9/2013, referente aos procedimentos com necessidade de atualização (cópia anexa a Ata), para que seja enviada a CONAPORTOS

NACIONAL, em seguida, informou que no dia 28/10/2013 entrou em vigor a IN MAPA nº 29/2013 que elimina a necessidade da inspeção obrigatória de porões de navios que irão embarcar produtos vegetais a granel. Informou ainda, que foi agendada reunião para o dia 04/10/2013, às 10:00 horas, na Associação Comercial de Santos, para abordar sobre o tema. Informou também sobre a recente Simplificação de procedimentos adotadas pelo MAPA, como a eliminação da emissão do documento CTPI – Controle de Transito de Produtos Importados na importação de agrotóxicos, que deixará de ser emitida pelo SVA Porto de Santos a partir de 30/09/2013. Prosseguindo, o representante da CODESP, passou a palavra ao representante do Departamento de Polícia Federal do Ministério da Justiça, Reinaldo Campos Sperandio, onde informou que com relação ao Porto 24 horas não houve, até o momento, expressivo aumento de demandas. Continuando, comunicou que em relação aos eventos ocorridos na Embraport, estão sendo tomadas as providências de polícia judiciária, por parte da Polícia Federal, com a instauração de inquéritos policiais para elucidação dos fatos e identificação de infrações penais e seus autores. A seguir, o representante da CODESP, passou a palavra ao representante da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda, Cleiton Alves dos Santos João Simões, onde destacou que em relação ao plantão do porto 24 horas, os números continuam os mesmos, sendo o movimento até às 20 horas para entrega de despacho, aos sábados durante expediente houve melhora na logística para o terminal, e no período noturno não há movimento. Informou ainda sobre a monitoração na conferência dos contêineres com os novos equipamentos através da COV, com inauguração em novembro, os novos scanners, e o Cão de Faro também para auxiliar. Em seguida, o representante da CODESP, passou a palavra ao representante da Marinha, Marcelo Ribeiro de Souza, onde comunicou que os dados estatísticos computados até o presente momento indicam a mesma tendência do atendimento efetuado pela Capitania dos Portos ao longo da vigência do Porto 24 horas. Cerca de 75% das anuências da CPSP continuam sendo concedidas fora do expediente. Prosseguindo, o representante da Marinha deixa a sugestão para convidar para a próxima reunião o representante da Polícia Militar, no qual pode explicar melhor sobre as providências tomadas na questão dos transtornos causados quanto ao acesso à Ilha Barnabé em virtude das manifestações na Embraport, afetando a via de ligação. Sem outras manifestações, o representante da CODESP, Carlos Helmut Kopittke, agradeceu a presença de todos, dando por encerrada a reunião, marcando a data da próxima para o dia 29 de outubro de 2013 às 14h30min, na sala de reunião da



CODESP, posteriormente adiada para o dia 29 de novembro de 2013, no mesmo horário e local, determinando a lavratura da presente Ata.

Carlos Helmut Kopittke
Representante da CODESP

Reinaldo Campos Sperandio
**Representante do Departamento de Polícia
Federal do Ministério da Justiça**

Marcelo Ribeiro de Souza
Autoridade Marítima

Cleiton Alves dos Santos João Simões
Representante da Receita Federal

Daniel Gustavo Braz Rocha
Representante do MAPA

Marcio Luiz Bernardes Calves
Representante da ACS

Claudio Loureiro de Souza
Representante do CNNT

José dos Santos Martins
Representante do SOPESP

Nivio Perez dos Santos
Presidente do SDAS

Matheus Miller
Representante da ABTRA

Marcelo Marques da Rocha
Presidente do SINDISAN

José Roque
Representante do SINDAMAR

Wagner Rodrigues Cruz de Souza
Presidente da ABTTC

José Cândido Senna
Coordenador Geral – COMUS

Jorge Leite dos Santos
Secretário Geral